

IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID 19: DILEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

ANDRÉ LUIZ FERREIRA DE CARVALHO MELO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências dos Materiais da Universidade Federal do Piauí. Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí – Campus Floriano.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1387-579X>
EMAIL: andreluiz@ifpi.edu.br

ANA VALÉRIA BORGES DE CARVALHO MELO

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí – Campus Floriano.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2335-0698>
EMAIL: ana.valeria@ifpi.edu.br

RESUMO

Um dos grandes desafios da investigação em educação é o fato de pesquisar sobre as múltiplas relações entre o uso de tecnologias e a sala de aula. Ao levarmos em consideração o atual contexto de pandemia, percebemos que a busca por respostas às inquietações relativas à implementação das Atividades Remotas ganha ainda mais importância na comunidade científica. Tendo o que foi mencionado anteriormente, este trabalho apresenta como Objetivo Geral: Compreender os dilemas e desafios na implementação das Atividades Remotas de Ensino Aprendizagem no IFPI, Campus Floriano. Para tanto, o estudo consistiu de uma pesquisa qualitativa, documental, cuja forma de abordagem foi a Etnometodologia, tendo como procedimentos a Observação Participante, a Entrevista Narrativa e o Ciclo de Políticas, tendo como lócus o Instituto Federal do Piauí – IFPI, Campus Floriano e como interlocutores, três acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática. O trabalho evidenciou que o IFPI, embora tenha trabalhado para regulamentar as atividades não-presenciais e para buscar a diminuição das desigualdades apresentadas no acesso às atividades remotas o IFPI, por meio de instrumentos como o “auxílio conectividade”, na prática, vivenciou o surgimento de muitos dilemas de cunho pessoal, social e pedagógico por parte dos alunos, bem como desafios didáticos por parte dos professores.

Palavras-chave: Tecnologia. Ensino Remoto. Formação Docente.

IMPLEMENTATION OF REMOTE EDUCATION THROUGH THE COVID 19 PANDEMIC: DILEMMAS, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

One of the great challenges of research in education is the fact the research of the several relationships between the use of technologies and the classroom. Taking into account the current pandemic context, we realize that the search for answers to concerns regarding the implementation of Remote Activities gains even more importance in the scientific community. This work presents as General Objective the understanding of the dilemmas and challenges in the implementation of Remote Teaching and Learning Activities at IFPI, Campus Floriano. To this end, the study consisted of a qualitative, documentary research, whose approach was Ethnomethodology with Participant Observation, Narrative Interview and Policy Cycle procedures, having as its locus the Federal Institute of Piauí - IFPI, Campus Floriano and as interlocutors, three academics from the Mathematics Degree course. The study showed that, although it has worked to regulate non-classroom activities and to seek to reduce the inequalities presented in access to remote activities, the IFPI, through instruments such as “connectivity assistance”, in practice, experienced the emergence many dilemmas of a personal, social and pedagogical nature on the part of students, as well as didactic challenges on the part of teachers.

Keywords: Technology. Remote Teaching. Teacher Education

IMPLEMENTACIÓN DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA A TRAVÉS DE LA PANDÉMICA DE COVID 19: DILEMAS, RETOS Y PERSPECTIVAS

RESUMEM

Uno de los grandes retos de la investigación en educación es el hecho de investigar las múltiples relaciones entre el uso de las tecnologías y el aula. Teniendo en cuenta el contexto pandémico actual, nos damos cuenta de que la búsqueda de respuestas a las inquietudes relacionadas con la implementación de Actividades Remotas cobra aún más importancia en la comunidad científica. Teniendo lo mencionado anteriormente, este trabajo se presenta como Objetivo General: Comprender los dilemas y desafíos en la implementación de las Actividades de Enseñanza y Aprendizaje a Distancia en IFPI, Campus Floriano. Para ello, el estudio consistió en una investigación documental cualitativa, cuyo abordaje fue la Etnometodología, con procedimientos de Observación Participante, Entrevista Narrativa y Ciclo de Políticas, teniendo como locus al Instituto Federal de Piauí - IFPI, Campus Floriano y como interlocutores, tres académicos del curso de Licenciatura en Matemáticas. El trabajo mostró que la IFPI, si bien ha trabajado para regular las actividades no presenciales y buscar reducir las desigualdades que se presentan en el acceso a las actividades remotas, la IFPI, a través de instrumentos como las “ayudas a la conectividad”, en la práctica, experimentó el surgimiento de muchos dilemas de carácter personal, social y pedagógico por parte de los estudiantes, así como desafíos didácticos por parte de los docentes.

Palabras clave: Tecnología. Enseñanza remota. Educación del profesorado.

INTRODUÇÃO

É de consenso da comunidade acadêmica que investigar sobre aspectos da relação entre tecnologia e educação é uma das propostas mais desafiadoras e complexas que um trabalho pode fazer, pois o percurso de buscas por respostas deve ser marcado pelo rompimento de barreiras e a ruptura de alguns paradigmas. Tudo isso se torna ainda mais intrigante se levarmos em consideração o atual contexto de pandemia do novo coronavírus, que trouxe a necessidade de uma reformulação emergencial das propostas educativas em nosso país. Nesse contexto, as instituições de ensino tiveram que modificar suas rotinas de trabalho de forma abrupta. Burci et al (2020) destaca o surgimento de um movimento dos atores educativos com o intuito de a pensar em formas alternativas emergenciais para atender aos alunos partindo da premissa de atender ao isolamento social. Dessa maneira, emerge como solução mais viável e acessível a realização de práticas mediadas pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Muito embora as Tecnologias surjam como uma importante ferramenta que está inexoravelmente relacionada com o processo de melhoria e modernização da sala de aula, na prática, ela também evidencia as inegáveis desigualdades de oportunidade, pois nem todos gozam do acesso às tecnologias com boa qualidade. Nessa perspectiva, muitos desafios e

dilemas afloram nesse contexto de atividades remotas, principalmente nas escolas públicas, em que se evidenciam diversos problemas de natureza física, emocional e estrutural. Destacamos a falta de afinidades e segurança por parte dos docentes que, em muitos casos, não possuem em suas residências o local apropriado para a execução das Atividades Remotas. Por outro lado, muitos dos alunos apresentam como dificuldades a dificuldade de acesso às tecnologias necessárias, bem como as condições estruturais e familiares para o bom desenvolvimento das atividades propostas. (FONSÊCA, 2020).

Diante do exposto, a questão norteadora da pesquisa é: Quais foram os dilemas e desafios na implementação das Atividades Remotas de Ensino Aprendizagem no IFPI, Campus Florianópolis? Para tanto, apresentamos como objetivos específicos da pesquisa: Avaliar os aspectos legais que nortearam a implementação das atividades remotas no IFPI, Campus Florianópolis, analisar os desafios sociais e pedagógicos enfrentados pelos alunos na implementação das atividades remotas de ensino e aprendizagem e averiguar os desafios pedagógicos enfrentados pelos docentes na implementação das atividades remotas.

O estudo evidenciou que o IFPI, trabalhou para a regulamentação das atividades não presenciais por meio de regulamentações internas que buscaram orientar e adaptar esta nova forma de ensino à realidade de contexto de pandemia, bem como buscar a diminuição das desigualdades apresentadas no acesso às atividades remotas no IFPI, por meio do “auxílio conectividade”, uma espécie de benefício eventual previsto na Política de Assistência Estudantil (POLAE).

Com o desenvolvimento da pesquisa percebemos como dilemas o não aproveitamento do espaço escolar na construção da identidade e de laços afetivos, a ausência em alguns casos de estrutura familiar e social para a implementação do modelo de atividades remotas, além dos desafios pedagógicos relacionados à falta de equipamentos, de acesso à internet e à materiais complementares. No que se refere à ação dos docentes, percebemos alguns desafios pedagógicos como a necessidade de adaptação da plataforma utilizada e o fortalecimento de uma política institucional de formação continuada para melhorar a atuação docente nesse contexto e de melhoria na construção de metodologias de ensino e ferramentas didáticas.

ENSINO REMOTO: FERRAMENTAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS.

A pandemia iniciada no ano de 2020 que foi provocada pelo vírus SARS-CoV-2, trouxe inúmeros problemas e desafios de ordem econômica e social. Com o ambiente escolar não foi diferente, pois a necessidade de promover o isolamento social trouxe para o cerne da

discussão educativa a implementação de atividades remotas de ensino. Dessa maneira se faz necessária uma reflexão à luz das perspectivas e desafios deste contexto, bem como da possibilidade de uso de ferramentas tecnológicas a destacar o *Youtube*.

Diante do atual cenário, marcado pela pandemia da Covid-19, percebemos uma reavaliação e rearranjo do trabalho docente, visto que as aulas presenciais foram suspensas, o que acarretou na necessidade dos professores de trabalharem de forma remota por meio de ferramentas tecnológicas como computadores, *notebooks*, *smartphones* entre outros, tendo por base alguns Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Tal ação teve como consequência, a reorganização das metodologias de ensino que, na prática, foram pautadas na produção de kits com materiais pedagógicos, trabalhos e vídeoaulas, seja de forma online, seja de forma gravada. De acordo com Santos, Macedo e Coelho (2020), muito embora o uso de TICs enquanto ferramentas didáticas já fosse uma realidade de muitas escolas e atores do processo educativo, com o atual momento, surgiram muitos dilemas e desafios no que tange a adaptação da nova proposta de ensino remoto.

Diante deste contexto, é importante enfatizar que Moran (2007) em seus estudos já apontava para a necessidade de se pensar a educação mediada por tecnologias, como um desenrolar das transformações sociais, para tanto, deveríamos partir da premissa de que o docente precisa ser munido de competências e habilidades para a utilização dessas ferramentas de inovação, bem como defender o fato de que a tecnologia não substitui o professor, mas auxilia na sua atuação educativa.

O atual cenário, levando em consideração a realidade escolar, foi definido como Atividade de Ensino Remota e emergencial. Cabe salientar que esta modalidade não veio para ser apresentada como um robusto sistema educativo, mas sim como uma resposta rápida e temporária para o retorno das atividades escolares no Brasil e no mundo.

[...] O objetivo nessas circunstâncias não é recriar um sistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário a suportes e conteúdos educacionais de maneira rápida, fácil de configurar e confiável, durante uma emergência ou crise (HOLGES et al. 2020, p. 06).

A sociedade contemporânea certamente é marcada por uma grande transformação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que passaram de um mero fato para uma prática sociocultural significativa que envolve a todos os atores sociais, merecendo destaque os que fazem parte do processo educativo: gestores, professores, comunidade escolar, alunos e sociedade. (MACHADO, 2017)

Com a popularização deste meio de comunicação, Carvalho (2012) afirma que o uso da Internet não ficou restrito somente aos escritórios e casas, passando a tomar conta dos espaços escolares, fato que gera a necessidade de se construir um novo olhar pedagógico para esta tecnologia enquanto ferramenta passível de ser utilizada em sala de aula com o intuito de contribuir com a comunicação entre docentes e alunos. (FERNANDES; LIMA; OLIVEIRA, 2016)

O intuito de inserir TICs, em especial a internet no contexto educacional não tem o objetivo de excluir os métodos já conhecidos, mas sim de centrar forças com a finalidade de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que chegue às salas de aula um conteúdo com qualidade e que traga mais significado à nova geração. (PORTELA; NÓBILE, 2019)

Nessa perspectiva, Valente (2002) afirma que a formação de professores, seja inicial ou continuada, deve ser vista como um momento de integração entre conceitos e prática. Notadamente a Informática com as atividades de sala de aula, deve buscar promover condições para uma construção significativa do conhecimento, buscando integrar o computador/smartphone/tablet com a prática pedagógica do docente, sendo capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica.

Em relação à imersão da Internet no ambiente escolar, Santos (2003) diz que o fato desta se apresentar como uma importante ferramenta para o trabalho docente, ela traz a necessidade de compreensão de uma nova linguagem para a aquisição e construção de conhecimentos. Dessa maneira, esse recurso tecnológico deve buscar transforma-se em um instrumento de mediação e interação dos saberes, de maneira que o docente busque contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo do educando, diante das transformações e demandas sociais e tecnológicas.

Refletindo sobre o contexto de pandemia, no qual um considerável número de estruturas sociais suspendeu seus atendimentos presenciais, a Educação, que se encontrou impossibilitada de promover encontros presenciais, necessitou encontrar maneiras de oportunizar a continuidade dos processos de ensino. Nesse sentido, as orientações recebidas por parte dos órgãos reguladores, permitiram uma flexibilização das instituições na escolha dos recursos educacionais e é nesse cenário que ganham destaque os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), ferramentas surgidas na Educação a Distância (Ead) com o objetivo de auxiliar na organização de turmas, disciplinas e na interação com os alunos, que no atual momento têm sido utilizados por instituições educacionais de diferentes etapas e níveis. Com

o intuito de apresentar de forma sucinta alguns conceitos referentes aos AVAs apresentamos a ideia de Burci Et al (2020):

O Ambiente Virtual de Aprendizagem se caracteriza como um espaço virtual onde atividades síncronas e assíncronas são realizadas a fim de que o processo de ensino e de aprendizagem ocorra. É uma ferramenta que possibilita que alunos e professores se encontrem e realizem atividades sistematizadas, mesmo que distante fisicamente. O AVA inclui em seu sistema diversas funcionalidades, como chats, fóruns, murais de recados, salas de bate papo, vídeo aulas, atividades de estudo, caixa de mensagens e calendário acadêmico. (BURCI ET AL, 2020, p.10)

Atualmente merecem destaque uma série de ferramentas colaborativas que possibilitam o trabalho e diálogo simultâneo entre as pessoas a citar o *G Suite*, uma ferramenta do *Google* que possibilita trabalho simultâneo em um único documento, uma melhor organização de atividades de sala de aula com o *Google Classroom*, além de conexão com redes sociais como o *Youtube*.

Com todo o avanço descrito anteriormente, percebeu-se uma popularização significativa das redes sociais, merecendo destaque o *Youtube*. Surgida em 2005, a plataforma veio para modificar o modo como as pessoas interagem visualmente, possibilitando ao usuário estabelecer uma relação diferenciada quando comparada com outras mídias como a televisão. É nítido o caráter democrático desta rede social pelo fato de permitir que qualquer pessoa publique vídeos sobre os mais variados temas. (MOURA; FREITAS, 2018)

Nessa perspectiva, é importante salientar que embora os Ambientes Virtuais de Aprendizagem contribuam com a organização das ações educativas que se dão de forma remota, os desafios e dilemas extrapolam as dificuldades de implementação pedagógica.

Silva et al (2020) destacam que neste contexto de abruptas mudanças, o papel do processo educativo passou a ser analisado sob um olhar diferente, inicialmente pelo fato de seu espaço formativo ser “sua casa”, fato que traz a necessidade do desenvolvimento da autonomia de estudar. Por outro lado, diante da inegável realidade de desigualdades vivenciada no nosso país, a implementação das atividades remotas em domicílios traz como primeiro dilema a falta de estrutura física e social vivenciada por muitos alunos principalmente da rede pública.

Aliado a isso, surgem também muitos dilemas pedagógicos enfrentados pelos alunos. Em um recente estudo, Feitosa et al (2020) destacaram algumas dificuldades apresentadas por educandos, merecendo destaque o acesso à *internet* e a livros físicos, a capacidade técnica para utilização das plataformas de ensino, a falta de produtividade e interatividade com os

professores e agentes educativos, baixa estima e pouco estímulo para o desenvolvimento das ações propostas e a desigualdade de oportunidades.

Em relação à prática docente, destacamos dois desafios para a implementação das atividades remotas: a formação para a utilização das ferramentas de ensino e as condições domiciliares para o desenvolvimento de trabalho no formato *home office*. Santos, Nascimento Júnior e Dias (2020) destacam que a adaptação do ambiente doméstico para a atuação profissional requer do professor condições que, nem sempre, são simples de serem atendidas, que aliadas à dificuldade de compreender a utilização novas ferramentas em um curto prazo apresentam os principais dilemas enfrentados pelos professores no desenvolvimento de atividades remotas.

METODOLOGIA

O trabalho consistiu de uma pesquisa qualitativa, documental, cuja forma de abordagem foi a Etnometodologia, tendo como procedimentos a Observação Participante, a Entrevista Narrativa e o Ciclo de Políticas, como *lócus* o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Floriano, por meio de um Estudo de Caso com 03 alunos do Módulo I do curso de Licenciatura em Matemática e foi realizada entre os meses de abril e novembro de 2020. Optamos pela pesquisa qualitativa por compreendermos esta como um modelo de investigação que melhor se vincula às vivências e à interpretação dos fenômenos sociais.

[...] a pesquisa qualitativa se expressa mais pelo desenvolvimento de conceitos a partir de fatos, ideias ou opiniões, e do entendimento indutivo e interpretativo que se atribui aos dados descobertos, associados ao problema de pesquisa. [...] verte-se sobre o caráter da interpretação e das relações sociais vivenciadas pelos sujeitos. (SOARES, 2019, p.2)

Já a análise documental pode ser entendida como um procedimento de coleta de dados onde se utiliza de documentos como leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorando, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares, sendo importante para trabalhar dados qualitativos, podendo constituir-se em complemento as informações obtidas por outras técnicas ou mesmos desvelando aspectos novos de um problema. (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Neste trabalho, fizemos a análise documental da Portaria Nº 376, de 3 de abril de 2020, e da Portaria Nº 617, de 3 de agosto de 2020 do Governo Federal, bem como da

Resolução 14/2020 -CONSUP/ OSUPCOL/ REI/ IFPI e da Instrução Normativa N° 01 - PROEN/IFPI.

Em relação à forma de abordagem, escolhemos a etnometodologia tendo em vista a necessidade de se analisar as atividades práticas decorrentes da implementação de uma nova legislação para a execução de atividades remotas no IFPI, Campus Floriano. Para embasar tal abordagem nos apoiamos nos estudos de Garfinkel (2018) e Coulon (1995).

Neste estudo, entendemos ser necessário compreender o objeto de estudo tomando por base as práticas cotidianas do grupo pesquisado, dessa forma se faz importante assumir o caráter etnometodológico na investigação.

Do ponto de vista analítico, Coulon (1995) destaca cinco conceitos-chave que são base para a Etnometodologia: prática (no sentido de realização), indicialidade, reflexividade, *accountability* e noção de membro. Em nosso estudo, fizemos uso dos conceitos de prática e noção de membro.

A prática como realização, é o conceito etnometodológico que estuda as atividades do dia a dia dos indivíduos bem como o modo como estes atribuem sentido a essas ações. Dessa maneira, neste trabalho, entendemos que leis não interferem nas ações da sociedade, mas sim, são as ações cotidianas e o senso comum que criam e modificam as leis (COULON, 1995).

Fizemos opção por utilizar a noção de membro por compreender a importância de estabelecer interações através de redes de significação que são materializadas por processos intencionais, dessa maneira iremos entender a realidade e as rotinas do contexto social sem a necessidade de grandes esforços teóricos.

Enquanto procedimentos, escolhemos a observação participante por compreender que esta técnica permite apreender informações acerca do objeto de estudo que possibilitem reflexões entre os pressupostos teóricos e práticos implicados no estudo. De acordo com Minayo (2002), a Observação Participante trata de uma abordagem de observação na qual o observador participa de forma ativa das atividades de coleta de dados, observando comportamento e situações.

O Ciclo de Políticas pode ser percebido como um importante método analítico, especialmente no que tange o atual momento das políticas educacionais, quando se observa a necessidade de superar os enfoques que posicionam a globalização como conceptora da homogeneidade. Nesse direcionamento, a abordagem tem seu olhar voltado para as políticas produzidas localmente, com características diversas, mas que, num enfoque de amplitude pode transferir múltiplos sentidos ao global, o que para Ball (2001) torna evidente e necessária à articulação entre o global e o local.

De acordo com Mainardes (2006), Bowe e Ball indicam que o foco da análise de políticas precisaria advir tanto sobre a formação do discurso da política, quanto a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Ou seja, essa proposta busca identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre os locais onde a política acontece, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas.

A partir dessas ideias, Ball e Bowe (1992) propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Tais contextos transcendem a temporalidade e estão inter-relacionados, cabendo salientar que eles são marcados por arenas, lugares e grupos de interesse próprios e pautados por disputas e embates. A posteriori, segundo Mainardes (2006) foram adicionados outros dois contextos, o dos Resultados (efeitos) e o da Estratégia política.

O contexto de influência é onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Nesse contexto os grupos de interesse agem com o intuito tanto de influenciar a definição das finalidades sociais quanto de adquirir legitimidade e formar um discurso de base para a política a ser concebida. Nele estão envolvidas as influências globais e internacionais que podem ser entendidas tanto pelo fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais que envolvem: a circulação internacional de ideias, o processo de “empréstimo de políticas” e os grupos e indivíduos que “vendem” suas soluções no mercado político e acadêmico; quanto pelo patrocínio e, em alguns aspectos, pela imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais tais como: Banco Mundial, UNESCO, FMI, entre outros (Mainardes, 2006).

O contexto da produção de texto se formata onde os textos políticos são produzidos. Normalmente, estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral e podem tomar várias formas, dentre elas: os textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais e informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, entre outros.

São resultados de disputas e ajustes produzidos por grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos e que competem pelo controle das representações da política, possuindo uma relação simbiótica com o contexto de influência, porém não evidente ou simples, tendo em vista que o contexto de influência está frequentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas. Desta forma, os textos políticos não mantêm, necessariamente, clareza e coerência interna, podem ser contraditórios e utilizar os termos-chave da política de modo diverso, e precisa ser lidos com relação ao tempo e ao local

específico de sua produção, isso e ajudam a compreender a singularidade da maneira como a política é estruturada em cada instituição. (MAINARDES, 2006)

Um deles é a necessidade de interação de uma nova política com aquelas existentes e, portanto, presentes anteriormente no contexto da prática, tendo em vista que políticas diferentes, muitas vezes, solicitam que ações diversas tendo em vista que não são feitos nem finalizados no momento legislativo.

O contexto da Produção de texto que possui uma relação simbólica, embora não evidente, com o da influência, trata-se da concepção das representações formais da política a ser desenvolvidas e criadas sobre a égide da articulação da ideologia com a linguagem do interesse público mais geral. (MAINARDES; 2006)

Já o contexto da prática é determinado como uma arena de conflitos e contestações, este contexto envolve a interpretação e a tradução dos textos para a realidade, tal como ela é vista pelos ‘leitores’. Para eles, alguns aspectos evidenciam sejam realizadas simultaneamente. Outro aspecto refere-se à base material da interpretação da política – verbas, infraestrutura, etc. Tal interpretação envolve distribuição de recursos que interfere na tradução das políticas e nas relações estabelecidas.

Um terceiro aspecto é o fato das políticas serem produzidas para situações ideais, imaginárias, exigindo o esforço de relacionar as ‘fantasias’ das políticas às realidades institucionais. De acordo com Ball e Bowe (1992), o contexto da prática é aquele em que a política está sujeita à interpretação e recriação por parte dos agentes sociais, ou seja, é onde a política produz efeitos e consequências, passíveis de mudanças e transformações significativas na política original.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de discorrer sobre os aspectos legais que nortearam as atividades remotas de ensino iremos analisar a Portaria do Ministério da Educação (MEC) N° 376/2020, que posteriormente foi promulgada pela Portaria MEC N° 376/2020, além de duas regulamentações institucionais do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

A nível nacional, a Portaria do Ministério da Educação (MEC) N° 376, de 3 de abril de 2020 autorizou as instituições integrantes do sistema federal, em caráter excepcional, a suspensão das aulas presenciais ou a substituição das mesmas por atividades não presenciais, denominadas de atividades remotas de ensino.

De acordo com a portaria, as instituições integrantes do sistema federal de ensino que fizessem a opção por substituir as aulas presenciais por atividades não presenciais deveriam organizá-las de maneira que as mesmas fossem mediadas por recursos digitais ou demais tecnologias de informação e comunicação e que possibilitassem aos estudantes o acesso domiciliar a materiais de apoio e orientação educacional com o objetivo de permitir a continuidade dos estudos. (BRASIL, 2020a)

É importante salientar que posteriormente, a Portaria N° 376, foi revogada pela Portaria N° 617, de 3 de agosto de 2020 que autorizou a execução das atividades remotas até o dia 31 de dezembro de 2020. Merece destaque na nova portaria, a flexibilização para o uso ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, conforme o Parecer CNE/CP n° 5/2020, bem como a autorização para a realização de estágios. (BRASIL, 2020b)

Em nível institucional, vivenciamos a publicação de vários documentos legais que orientaram o momento excepcional vivenciado. Entretanto, será fonte de análise deste artigo, apenas a Resolução 14/2020 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, que aprovou a oferta de atividades pedagógicas não presenciais, de forma excepcional e transitória, enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia de Covid-19, nos campi do IFPI e a Instrução Normativa N° 01 - PROEN/IFPI, que estabeleceu os procedimentos para o funcionamento das Atividades Pedagógicas não Presenciais nos campi do IFPI.

Cabe ressaltar que em nível de instituição, foi definida a implementação das atividades pedagógicas não presenciais como ações que poderiam, ou não, ser consideradas para cômputo da carga horária da disciplina, e seriam feitas por meio de Sequências Didáticas elaboradas pelos (as) docentes que poderiam contar até três horas-aulas da carga horária semanal.

Art. 2º As atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão, ou não, ser consideradas para cômputo da carga horária da disciplina.

Parágrafo Único. Para efeito de registro no Q-Acadêmico/SUAP_EDU, a equivalência de uma sequência didática elaborada pelo (a) docente corresponderá a até três horas-aulas da carga horária semanal da disciplina. (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2020a, p.1).

A Resolução 14/2020 - CONSUP CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI definiu que para ter a carga horária computada, na oferta remota, seria necessária a participação de todos(as) os(as) discentes matriculados na referida disciplina por meio de manifestação de interesse. Não atendida a condição para cômputo de carga horária, a instituição previu a oferta da disciplina em forma de Projeto de Ensino, permitindo aos discentes que obtiverem rendimento satisfatório o pedido de aproveitamento desta quando da oferta de modo presencial. É

importante salientar que o IFPI, por meio da referida resolução, instituiu o “auxílio conectividade” na modalidade de benefício eventual previsto na Política de Assistência Estudantil (POLAE), além de determinar a disponibilização de equipamentos/materiais com o intuito de assegurar as condições de participação dos alunos nas atividades remotas.

Cabe salientar que, na prática, mesmo com a ação prevista na Política de Assistência Estudantil da instituição, percebemos que alguns alunos tiveram dificuldade de acesso pela sua própria condição social. Na reunião de docentes, foi relatado que alguns alunos residiam em localidades rurais que se quer tinha energia, outros que não tinham rede de telefonia móvel.

Ficou a cargo da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) estabelecer os procedimentos para o funcionamento das Atividades Pedagógicas não Presenciais no IFPI, o que foi feito por meio da Instrução Normativa N°1/2020, que em seu Artigo 2º, definiram o que viriam a ser as Atividades Remotas de Ensino Aprendizagem.

Art. 2º As Atividades Pedagógicas não Presenciais, doravante denominadas de Atividades Remotas de Ensino e Aprendizagem, neste regulamento, compreendem o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível, com a finalidade de garantir continuidade das atividades de ensino e aprendizado enquanto persistirem restrições sanitárias para a presença completa dos(as) discentes nos espaços físicos dos campi do IFPI. (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2020b, p.2).

Institucionalmente, para a implementação das Atividades Remotas de Ensino e Aprendizagem dos campi foi escolhida a plataforma Google Classroom, por meio de vários recursos didáticos que foram descritos no Artigo 20, a seguir:

Art. 20. O material didático das Atividades Remotas de Ensino e Aprendizagem a ser disponibilizado no Classroom poderá utilizar, em sua elaboração, os seguintes recursos didáticos:

- I- vídeo aula (recurso didático que faz uso de textos, imagens e áudios, sem necessariamente apresentar a imagem do professor) produzido pelo docente com duração de até 15(quinze) minutos, com limite máximo de dois vídeos por momento de postagem de acordo com o cronograma;
- II- lista de exercícios com até cinco questões, utilizando a função Formulário do Classroom;
- III- lista de exercícios utilizando outros formatos de arquivo (. doc.pdf), até cinco questões com orientações para o aluno de como proceder para a devolutiva da atividade, usando o recurso de envio no Classroom;
- IV- vídeos educativos (de curta duração), observando a indicação por faixa etária e direitos autorais;
- V- material de apoio disponibilizado para os alunos aprofundarem os conhecimentos e informações constantes nas Atividades Remotas de Ensino e Aprendizagem, tais como: capítulos do livro didático, apostila e material produzido pelo professor e indicações de sites que contenham o assunto;

VI- realização de Fórum/Chat no Classroom para promover a interação professor-aluno, estabelecer as relações interpessoais e afetivas, criando um espaço para discussão do conteúdo e tirar dúvidas, considerando a prévia disponibilidade dos alunos da turma;

VII- outros formatos de material didático que possam ser inseridos no sistema de gerenciamento de conteúdo (Classroom), observando a possibilidade de acesso do aluno em função das limitações de conectividades que poderão existir. (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2020b, p.6)

Diante das opções de recursos para a utilização nas atividades remotas, o que percebemos com a implementação das orientações foi o fato de os recursos didáticos que mais se destacaram quanto ao uso por parte dos docentes foram as vídeo-aulas, listas de exercícios e fóruns de discussão. Na prática, o que foi externado nas reuniões pedagógicas foi uma baixa participação dos alunos nos fóruns.

Vale salientar que a normativa permitiu aos docentes da mesma disciplina, se organizar em grupos para a elaboração, de forma colaborativa, de um único material didático de assuntos comuns que possam ser utilizados nas turmas/séries, este fato deu origem ao surgimento da ideia de criação do nosso Canal do Youtube “Matemática de Primeira”.

A Instrução Normativa definiu também as atribuições das equipes multidisciplinares do IFPI. Pela IN, os membros das Equipes Pedagógicas deveriam realizar o acompanhamento pedagógico das turmas virtuais, tomando por base os relatórios apresentados pelas Coordenações de Curso/Área, além de analisar os Planos de Atividade Remota de Ensino e Aprendizagem e auxiliar professores e/ou alunos que apresentassem dificuldades em relação às tecnologias/metodologias realizando os encaminhamentos necessários. Já os membros das Equipes de Apoio ao Ensino/Disciplina teriam a função de participar das salas virtuais, para o acompanhamento das postagens de material didático, para análise de conformidade de dias/horários de postagem, enviar Relatório de Acompanhamento-Equipe de Apoio/Disciplina e manter, sempre que possível, a comunicação com os alunos. (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ; 2020b)

Na prática, percebemos alguns desafios operacionais relativos à implementação das orientações recebidas utilizando o Google Classroom, pois a plataforma só admite dois tipos de usuários (Aluno e Professor) o que dificulta a atuação de uma equipe multidisciplinar como a que compõe o IFPI (Pedagogos, Técnicos de Assuntos Educacionais, Psicólogos, Assistentes Sociais, etc.). A saída foi criar uma rede de conexões de informações entre professores e coordenadores por meio de relatórios, bem como a inclusão de alguns membros das equipes multidisciplinares na modalidade de alunos. Tal situação sucinta a necessidade de

se trabalhar na construção/aprimoramento de uma plataforma que fortaleça o trabalho colaborativo entre os servidores da instituição.

Nesta perspectiva, destinaremos este momento da análise dos resultados da nossa pesquisa para discutir sobre os desafios sociais e pedagógicos na implementação das atividades remotas de ensino e aprendizagem. Para tanto, iniciaremos com a fala dos três alunos, que compuseram o corpo de discentes entrevistados, em relação ao que foi vivenciado no atual contexto de pandemia.

TABELA 01 – Fala dos alunos acerca da implementação das atividades remotas.

Pergunta: Diante do atual contexto vivenciado, o que você pode falar sobre as atividades remotas?

Aluno 01	Ponto forte, na parte de não haver prejuízo ou pelo menos amenizado um pouco o prejuízo no calendário e no aprendizado. Ponto fraco. Alunos que trabalham ficam de certa forma pra trás no quesito de tempo para realização das atividades, não tem o mesmo aproveitamento e alguns não conseguem acompanhar.
Aluno 02	Os pontos fortes são a qualidade e a maneira de explicação nas vídeo-aulas que facilita muito a aprendizagem e as atividades que são todas completamente elaboradas de acordo com o que foi explicado; e o ponto negativo está no fato de nem todos os alunos poderem acessar com uma internet de qualidade o conteúdo repassado.
Aluno 03	O ponto positivo é que nós não ficamos parados, não é a mesma coisa das aulas presenciais, mas já é alguma coisa, pior seria se não tivesse. O ponto negativo é que a gente meio que perdeu um ano pra "aproveitar" o IFPI, não deu tempo nem de conhecer o campus direito, fazer amizades etc. Mas entendemos que vocês estão fazendo de tudo para que essa experiência seja menos traumática possível.

Fonte: Construída pelos autores

Diante das falas dos alunos entrevistados, o que se tira de positivo na participação das atividades é a amenização dos prejuízos causados pela suspensão das atividades presenciais, por outro lado, percebemos de forma veemente a manifestação de problemas decorrentes do isolamento social, a precarização das condições estruturais para o desenvolvimento das atividades, além do agravamento nas atividades remotas dos problemas já existentes no sistema educativo presencial.

Ao dizer que não deu tempo “aproveitar” o IFPI, Aluno 03 ratifica a compreensão da escola enquanto um importante espaço social que vai muito além de um mero local de aquisição de conhecimento, sendo conseqüentemente também, um local tanto de construção da identidade cidadã quanto de concepção de laços afetivos e relações coletivas.

Dessa maneira, corroboramos com Giugliani et al (2020) no que tange a concepção da

participação no espaço escolar. Para os autores, tal contexto se apresenta como um importante mecanismo de desenvolvimento educativo, tendo em vista o fato de a participação na escola gerar também aprendizado pessoal e político que guiará o indivíduo na participação da sociedade em geral.

Seja vivenciando de forma empírica, seja por meio de investigações como em nosso trabalho, tiramos como inegável lição o fato de que a atual pandemia evidencia a desigualdade que demarca nossa sociedade, pois, enquanto alguns alunos possuem acesso à tecnologias de ponta, acesso ilimitado à internet e recebem em domicílio o apoio dos pais ou responsáveis e de um equipe interdisciplinar que, em muitos casos, extrapola os muros da escola, inúmeros outros ficam à margem deste processo, no momento em que apresentam falta de equipamento tecnológico adequado e não encontram em seus lares a estrutura familiar e a garantia de intervenção do Estado no sentido de contribuir com o processo educativo. De fato, a pandemia aflorou ainda mais a desigualdade social no Brasil, escancarando, no ensino público as mais variadas situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Nesta perspectiva, concordamos com Pereira e Barros (2020) ao afirmarem que os avanços tecnológicos deveriam beneficiar e privilegiar a educação, fato que infelizmente não é devidamente contemplado como deveria, pois, mesmo sendo definida como prioridade pelos órgãos governamentais, continua de maneira geral, marcado pelo obsoletismo e elitismo, gerando vãs lutas por parte dos menos favorecidos em prol de uma escola pública de maior qualidade.

Dando continuidade à nossa análise dedicaremos este momento do artigo para discutir os desafios pedagógicos enfrentados pelos docentes na implementação das atividades remotas, para tanto, tomaremos por base a observação realizada em um dos encontros virtuais realizados pelo nosso campus.

Inicialmente destacamos a dificuldade em conseguir o suporte tecnológico, bem como em montar uma estrutura para concepção de vídeo-aulas como fator citado pelos professores. Alguns docentes apresentaram dificuldades relativas ao fato de seus domicílios não estarem preparados para esse novo modelo de trabalho, fato que está intimamente ligado tanto à necessidade de se adaptar ao diferente momento vivenciado quanto à carga emocional oriunda do contexto de pandemia.

[...] Por outro lado, professores que necessitam reaprender a planejar, dentro de uma nova realidade, já que não se trata apenas de inserir as tecnologias no planejamento, mas reformular completamente as suas práticas e metodologias, considerando a distância, o tempo, os recursos e, inclusive, a carga emocional

implicada no contexto. (RUSCHEL, TREVISAN E PEREIRA, 2020, p.5)

Outro ponto que merece destaque está relacionado ao processo de formação de professores. Nas conversas entre docentes era nítida a convergência de opiniões relacionadas à necessidade de se realizar formação continuada com o intuito de melhorar a atuação profissional neste modelo de atividades remotas. O fato de não termos uma formação para o uso específico de algumas tecnologias, no que tange a construção de materiais didáticos (vídeo-aulas, atividades, fóruns, chats, etc.), e de algumas plataformas (Google Classroom, etc) limitou a eficácia das ações e atividades.

Vale ressaltar que foram ofertados à nível institucional cursos de capacitação para os docentes que, muito embora tenham sido pensados com qualidade e em sua essência contribuíram para a atuação dos professores no referido contexto, ainda apresentaram lacunas. Diante deste contexto, percebemos a necessidade de surgimento de uma política institucional que atue em dois campos: o primeiro diz respeito ao desenvolvimento de formação continuada mais densa e contínua para a construção de materiais didáticos que sejam disponibilizados em ferramentas tecnológicas (*youtube*, site institucional, etc), o segundo diz respeito à construção organizada dos próprios materiais de modo a contemplar os currículos dos cursos institucionais.

Por fim, destacamos como desafio pedagógico a limitação de conteúdos a serem tratados nas atividades remotas. Compreendendo que o limite de 15 min. por vídeo-aulas foi uma proposta para tentar garantir a equidade de condições para o acesso dos alunos, tendo em vista os problemas surgidos relacionados ao uso da *internet*, na visão de alguns docentes, esta estratégia restringiu a qualidade das aulas e o avanço no cumprimento dos conteúdos que foram propostos nos currículos dos cursos do campus. Tais visões corroboram com a inegável defesa da importância das atividades presenciais que, mesmo com todos os problemas e desafios, apresentam as condições mais sólidas de democratização do conhecimento e de transformação social de vidas.

CONSIDERAÇÕES

Diante das orientações dadas por parte do MEC, percebemos que o IFPI, trabalhou para a regulamentação das atividades não-presenciais por meio de regulamentações internas que buscaram orientar e adaptar esta nova forma de ensino à realidade de contexto de pandemia.

Com o intuito de buscar ofertar a democratização do acesso às atividades remotas o IFPI, por meio da referida resolução, instituiu o “auxílio conectividade” como uma espécie de

benefício eventual previsto na Política de Assistência Estudantil (POLAE), entretanto, na prática, percebemos que os desafios iriam além da simples questão de acesso à internet, pois os desafios e problemáticas relacionados à realidade de muitos de nossos alunos escancaram a desigualdade social vivenciada em nosso país.

Com o desenvolvimento da pesquisa percebemos alguns desafios sociais enfrentados por nossos alunos com o isolamento social merecendo destaque o não aproveitamento do espaço escolar na construção da identidade e de laços afetivos, bem como a ausência de estrutura familiar e social para a implementação do modelo de atividades remotas, além dos desafios pedagógicos relacionados à falta de equipamentos, de acesso à *internet* e à materiais complementares.

No que se refere à ação dos docentes, percebemos alguns desafios pedagógicos como a necessidade de adaptação da plataforma utilizada (Google Classroom), de construção de uma política institucional de formação continuada para melhorar a atuação docente nesse contexto e de melhoria na construção de metodologias de ensino, ferramentas didáticas e recursos para atender de forma mais eficaz esse modelo de atividade educativa.

Não queremos com nosso estudo “criminalizar”, desmerecer ou desdenhar dos esforços para a implementação das Atividades Remotas de Ensino e Aprendizagem em nossa instituição. O intuito desta pesquisa foi de apresentar os desafios e dilemas que estão intimamente relacionados à implementação de tais atividades, discutir os desafios sociais e pedagógicos e, sobretudo, defender a importância geral do ensino desenvolvido no ambiente escolar para formação do indivíduo e a necessidade de uma gradual, planejada e responsável retomada das atividades educativas presenciais.

Tendo em vista os fatos supracitados, entendemos como necessário o surgimento de novas pesquisas que possam corroborar ou não com os olhares ora apresentados neste trabalho, bem como possam analisar outros aspectos da implementação das atividades remotas nesse contexto de pandemia. Sugerimos o surgimento de pesquisas que busquem averiguar os processos de avaliação da aprendizagem, os mecanismos de comunicação institucionais e as relações professor-aluno que foram desenvolvidos nesse cenário, bem como investigar sobre como se deu a atuação da gestão escolar, no que tange seus desafios, dilemas e problemas. Entendemos como importantes também o surgimento de pesquisas que possam avaliar e apresentar metodologias de ensino, estratégias didáticas, recursos metodológicos e tecnologias que foram desenvolvidas ou utilizadas nas atividades remotas neste contexto de pandemia.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BURCI, T. V. L.; Et al. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: a contribuição da Educação a Distância para o ensino remoto de emergência em tempos de pandemia. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**. V. 11. N. 02. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 376, de 3 de abril de 2020**. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 617, de 3 de agosto de 2020**. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020b.

CARVALHO, J. M. **O uso pedagógico dos laboratórios de informática nas escolas de ensino médio de Londrina**. Monografia do curso de graduação. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2012

COULON, A. **Etnometodologia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.

FEITOSA, M. C. Et al. **Ensino Remoto: O que Pensam os Alunos e Professores?** V Congresso sobre Tecnologias na Educação (Ctrl+E 2020). João Pessoa – PB, 2020.

FERNANDES, S.; LIMA, R.; OLIVEIRA, L. **O Uso da Internet na Prática Pedagógica dos Professores do Ensino Fundamental**. Congresso Regional sobre Tecnologias na Educação. 2016

FONSÊCA, L. B. H. da; Et al. **PERSPECTIVAS DO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Maceió-AL, 2020.

GARFINKEL, H. **Estudos de Etnometodologia**. Petrópolis RJ: Vozes, 2018.

GIUGLIANI, C. Et al. A escola como espaço de participação social e promoção da cidadania: a experiência de construção da participação em um ambiente escolar. **Revista Saúde Debate**. Vol. 44. 2020.

HOLGES, Charles *et al* . **Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência**. Escribo. Recife. V.2. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução 14/2020 -CONSUP/ OSUPCOL/ REI/ IFPI**. Aprova a oferta de atividades pedagógicas não presenciais, de forma excepcional e transitória, enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia de Covid-19, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ-IFPI. Teresina (PI). 2020a.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Instrução Normativa Nº 01 - PROEN/IFPI**. Estabelece

os procedimentos para o funcionamento das Atividades Pedagógicas não Presenciais, nos termos da resolução CONSUP nº 14/2020, de 18 de junho de 2020. Teresina (PI). 2020b.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. A. dos R. **A internet como recurso metodológico na Educação Infantil: possibilidades e desafios**. Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. 2017

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 20. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

MOURA, G. B. F. de; FREITAS, L. G.de. O Youtube como ferramenta de aprendizagem. **REVELLI** Vol.10, n.3. p. 259- 272. 2018

PEREIRA, M. D.; Barros, E. A. de. A educação e a escola em tempos de Corona Vírus. **Revista Scientia Vitae**. Vol. 9. 2020.

PORTELA, P.; NÓBILE, M. F. O uso da internet por estudantes de Ensino Fundamental: reflexão sobre a internet como ferramenta pedagógica. **Educação Pública**, v. 19, nº 33, 10 de dezembro de 2019.

RUSCHEL, G. E. S.; TREVISAN, M. B.; PEREIRA, J. F. **Ensino remoto no contexto de uma instituição privada**. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. 2020.

SANTOS, G. L. A internet na escola fundamental: sondagem de modos de uso por professores. **Educação e Pesquisa**. Vol.29, n.2. p. 303-312. 2003.

SANTOS, M. R. dos; MACEDO, G. de S.; COELHO, I. L. dos S. **ENSINO REMOTO: OLHARES E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DOCENTE EM MEIO A PANDEMIA**. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Maceió-AL, 2020.

SANTOS, R. P. dos; NASCIMENTO JÚNIOR, J. M. M. do; DIAS, M. A. de A. **AS DIFICULDADES E DESAFIOS QUE OS PROFESSORES ENFRENTAM COM AS AULAS REMOTAS EMERGENCIAL EM MEIO A PANDEMIA ATUAL**. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Maceió-AL, 2020.

SILVA, V. M. A. Et al. **ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE INTERAÇÃO NO ENSINO REMOTO: DESAFIOS NA ESCOLA PÚBLICA**. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Maceió-AL, 2020.

SOARES, S. de J. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**. Vol. 1. 2019.

VALENTE, J. A. Uso da internet em sala de aula. **Educar em revista**. Vol. 19. p. 131-146. 2002.

Recebido em: 29/01/2021
Aceito em: 03/01/2022